



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

O ORÇAMENTO DA DEFESA - FALTA DE RESPOSTAS PARA PROBLEMAS AGRAVADOS

Depois da audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional na Assembleia da República (AR) e das medidas avulso e outras que nos vão chegando pela comunicação social mais amiga da governação, temos de confirmar que existe coerência na Política de Defesa Nacional; Pelo menos desde o desditoso Ministro Aguiar-Branco que a persistência nos mesmos erros, isto é, nas mesmas e velhas soluções para os problemas de sempre, se constitui um caso de estudo de más práticas governativas, isto é indiscutível, do ponto de vista dos que terão de ser “governados” por elas.

Após a queixa inicial de ter sofrido o que pratica – ser o último a saber dos resultados de um Inquérito participado por mais de 1.100 Oficiais das Forças Armadas, Sócios e Não Sócios da AOFA, sendo aliás estes últimos maioritários e neles incluídos cerca de 500 Oficiais no Ativo, e de não ter, assim, tido oportunidade de dialogar... (olhe que vai sempre a tempo Senhor Ministro, promova o diálogo e verá como “até” funcional!), – o Senhor Ministro da Defesa Nacional foi brilhante na propaganda de feitos e efeitos e efusivo e gritante nos silêncios das respostas que não soube dar ou não quis prestar.

De facto, ficou uma vez mais bem patente que no que se refere a matéria de melhoria de condições socioprofissionais, tudo vai depender se o Ministro Também da Defesa Mário Centeno aprovar o que o Ministro da Defesa lhe for capaz de propor.

Falou o Sr. Ministro em aumentar as remunerações dos militares na recruta, o que, dizemos nós, só peca por tardio, sendo da mais elementar justiça. Mas... e os outros? Devem esperar que o Ministro Também da Defesa Mário Centeno aprove qualquer coisinha? E depois vai fazer aquilo de que se queixa, depois de tudo combinado, continuar a fingir que dialoga com as Associações Militares? E resolverá, se resolver, as Promoções no tempo devido ou só lá para as calendas de 2023/24? E será que vamos mesmo começar a resolver os problemas do IASFA e da ADM? E a Saúde Militar? Vai ainda abrir uma nova “frente de guerra” (já são poucas!) desta vez com os Oficiais Médicos Militares? E há mesmo um só

Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), que de “tão perfeito que é” o Senhor Ministro pretende manter tal como está, pese embora a Resolução aprovada por esmagadora maioria na AR aponte claramente para que assim não é, de todo? O facto de cada Ramo ter feito o que lhe apetece quanto à avaliação dos Militares não o incomoda? E as profundíssimas alterações de que carece o EMFAR em termos de Carreiras, Lei das Armas, Reintrodução do Complemento de Pensão de Reforma, Mecanismos de Passagem à Reserva, etc., etc. etc.? E quanto aos descontos obrigatórios para a ADM, considerados pelo Tribunal de Contas (TC) como um imposto? E nestes, também contra o que referiu o TC, acha justo, sequer lógico, que os Militares descontem sobre 14 meses?

Em articulação ministerial ou não, tanto faz, ficamos também a saber que se pretendem realizar contratos por 18 anos (?), ou seja, que o Sr. Ministro da Defesa quer promover e legalizar a precariedade nas Forças Armadas, uma vez que se uma Instituição precisa 18 anos de alguém, parece lógico que precisa de alguém que ocupe um posto de trabalho permanente. Isto a menos que o Senhor Ministro esteja mesmo convencido que é plausível que aos 40 de idade um Militar que sai da Instituição se consiga inserir no mercado de trabalho. Aliás e a este propósito recorda-se que a legislação vigente já prevê, há mais de um ano, os ditos contratos até 18 anos, sendo que felizmente o bom senso tem imperado e tal nunca foi, e esperamos que nas atuais condições nunca seja sequer, uma opção a considerar.

Soluções peregrinas de “prisão” dos Militares já foram experimentadas e nada resolveram Senhor Ministro! É procurar junto do Eterno (?) Diretor mais que tudo na Defesa, Dr. Alberto Coelho, que ele lhe poderá explicar que com os Pilotos também foi sendo sucessivamente alargado o tempo para poderem sair e não resultou, eles saíam e saem na mesma! Inventaram então um novo critério já não só para os Pilotos, mas para o resto do pessoal, através da aplicação de pornográficas indemnizações e também não resulta, o pessoal faz de tudo para sair! E saí mesmo Senhor Ministro!

É que as condições básicas para recrutamento e retenção dos Militares quer Contratados quer os do Quadro Permanente não são minimamente atrativas (Condições de Trabalho, de Carreiras, Apoio na Saúde, Ação Social e, sobretudo, as Remuneratórias)!

Enquanto isto, o Quadro de Praças da Armada ainda está por completar... deve ser uma técnica de gestão pública a que nos escapa o alcance ... mantendo-se

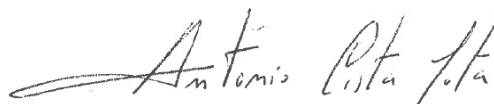
eternamente em estudo a abertura de Quadros Permanentes para Praças no Exército e na Força Aérea.

Quanto ao resto fomos remetidos para a eterna visão de um horizonte que será sempre melhor, de preferência num momento em que o Senhor Ministro já não for governante... tratando-se portanto do velho pastel de nata requentado com que ritualmente somos presenteados no domínio da Defesa no que toca a pessoal mas também à componente orçamental de funcionamento, mesmo que pareça que as verbas crescem, exatamente aquelas verbas que depois o Ministro Também da Defesa Mário Centeno cativa para serem aplicadas onde lhe der mais jeito e quando ele determinar, é claro!

Por estas e por (muitas) outras situações, no dia 6 de fevereiro de 2020, a partir das 17H30, a Associação de Oficiais das Forças Armadas conjuntamente com a Associação de Praças e a Associação Nacional de Sargentos, no Auditório da Fundação D. Pedro IV, sito na Avenida D. Carlos I, nº 124 J, em Lisboa, vão promover uma conferência sobre o Orçamento da Defesa Nacional e outras matérias de interesse socioprofissional, apelando desde já aos Militares para comparecerem na mesma.

Trafaria, 23 de janeiro de 2020

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-Coronel